

**ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE:
UMA PROPOSTA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE**

**ATTENTION TO THE HEALTH OF WOMEN IN PRISON SITUATION:
A HEALTH PROMOTION PROPOSAL**

**ATENCIÓN A LA SALUD DE LAS MUJERES EN SITUACIÓN
PRISIONERA: UNA PROPUESTA DE PROMOCIÓN DE LA SALUD**

Raí Barros Gomes¹
Michelle Christini Araújo Vieira²
Thaysa Maria Vieira Justino¹
Kalliny Mirella Gonçalves Barbosa¹
Leticia Meira Menezes Natalio¹
Sabrina Santos do Nascimento¹
Emily Fernandes Pereira¹
Gabriela Garcia de Andrade¹

RESUMO

A população carcerária feminina do Brasil cresce significativamente ano a ano, contudo, as instituições prisionais não acompanham tal evolução, tendo em vista que não dispõem de condições salubres de habitação, tampouco de assistência à saúde da mulher. Sendo assim, este trabalho busca relatar ações desenvolvidas por extensionistas no projeto de extensão intitulado “Saúde da Mulher na Prisão: uma proposta de promoção da saúde” aplicado na Cadeia Pública Feminina de Petrolina-PE. As oficinas cursaram sobre temas relacionados à saúde da mulher e da criança, e foram realizados atendimentos às reeducandas e encaminhamentos para os serviços de referência. Ressalta-se que durante as atividades foram respeitados todos os protocolos sanitários de prevenção contra a Covid-19. Notou-se que as ações propostas repercutiram de forma positiva na qualidade de vida das reeducandas, entretanto, mesmo com a assistência da equipe do projeto, essas mulheres ainda enfrentam os trâmites burocráticos para acessar os serviços da Rede de Atenção à Saúde extramuros. Assim, o projeto de extensão possibilitou o preenchimento do vazio assistencial pré-existente, o qual foi intensificado pela pandemia pelo SARS-CoV-2, e contribuiu para o aprendizado dos extensionistas e formação humanizada baseada nos princípios do Sistema Único de Saúde, especialmente em contextos adversos como o cenário pandêmico.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Relações Comunidade-Instituição; Prisões; Enfermagem.

¹ Acadêmicos de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail do autor correspondente: raibarros@gmail.com.

² Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva - ISC/UFBA. Docente de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

ABSTRACT

The female prison population in Brazil grows significantly year by year, however, prison institutions do not follow this evolution, given that they do not have healthy housing conditions, nor assistance to women's health. Therefore, this work seeks to report actions developed by extension workers in the extension project entitled "Women's Health in Prison: a health promotion proposal" applied in the Women's Public Prison in Petrolina-PE. The workshops covered topics related to women's and children's health, and assistance was provided to the inmates and referrals to referral services. It should be noted that during the activities all health protocols to prevent Covid-19 were respected. It was noted that the proposed actions had a positive impact on the quality of life of the inmates, however, even with the assistance of the project team, these women still face the bureaucratic procedures to access the services of the Health Care Network outside the walls. Thus, the extension project made it possible to fill the pre-existing care void, which was intensified by the SARS-CoV-2 pandemic, and contributed to the learning of extension workers and humanized training based on the principles of the Unified Health System, especially in adverse contexts such as the pandemic scenario.

Keywords: Women's Health; Community-Institution Relations; Prisons; Nursing.

RESUMEN

La población carcelaria femenina en Brasil crece significativamente año tras año, sin embargo, las instituciones penitenciarias no acompañan esta evolución, dado que no cuentan con condiciones habitacionales saludables, ni asistencia a la salud de las mujeres. Por lo tanto, este trabajo busca relatar acciones desarrolladas por extensionistas en el proyecto de extensión titulado "Salud de la Mujer en la Cárcel: una propuesta de promoción de la salud" aplicado en la Cárcel Pública de la Mujer en Petrolina-PE. Los talleres abordaron temas relacionados con la salud de la mujer y el niño, y se brindó asistencia a los internos y derivaciones a servicios de derivación. Cabe señalar que durante las actividades se respetaron todos los protocolos sanitarios para prevenir el Covid-19. Se constató que las acciones propuestas tuvieron un impacto positivo en la calidad de vida de las internas, sin embargo, aún con la asistencia del equipo del proyecto, estas mujeres aún enfrentan los trámites burocráticos para acceder a los servicios de la Red de Atención a la Salud extramuros. . Así, el proyecto extensionista permitió llenar el vacío asistencial preexistente, que se intensificó con la pandemia del SARS-CoV-2, y contribuyó al aprendizaje de los extensionistas y la formación humanizada con base en los principios del Sistema Único de Salud, especialmente en contextos adversos como el escenario de la pandemia.

Palabras clave: La salud de la mujer; Relaciones Comunidad-Institución; Prisiones; Enfermería.

INTRODUÇÃO

Quando comparadas à população masculina, é evidente que as mulheres possuem uma singularidade no que tange a necessidade de atendimento em saúde, justificada pelas particularidades e vulnerabilidades do gênero. Essa situação é agravada quando se considera o contexto carcerário, onde as questões de gênero são somadas à realidade de privação da liberdade. Nesse contexto, surgem a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) e a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, na tentativa de suprir as necessidades em saúde das mulheres em situação de cárcere através da promessa de garantia da cidadania e de um acesso integral à saúde (BRASIL, 2014b; BRASIL, 2014d).

Entretanto, na realidade atual, o ambiente prisional configura-se como um local insalubre, com infraestrutura precária, que não consegue atender as necessidades e especificidades em saúde das reeducandas, violando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) que prevê o acesso à saúde para todos os cidadãos brasileiros. Além disso, tais dificuldades reverberam na não efetivação plena das políticas públicas, e conseqüentemente, no negligenciamento aos direitos em saúde das mulheres, que tem uma assistência em saúde resumida em ações pontuais e isoladas, e enfrentam um processo extremamente moroso na procura de atendimento extramuros (SILVA; MORAIS; MOURA E SILVA, 2021).

Atualmente, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o Brasil possui um total de 726 mil pessoas em situação de cárcere, entretanto, o total de vagas disponíveis somam apenas 436 mil, fato que resulta em uma superlotação do ambiente prisional. Tal realidade reflete na elevada taxa de disseminação de doenças entre as mulheres em situação de cárcere, devido ao contato prolongado com as companheiras em uma cela com capacidade máxima ultrapassada, infraestrutura precária e, por vezes, carentes de materiais de higiene básica, fato que afeta diretamente a saúde das reeducandas, deixando-as vulneráveis para o desenvolvimento de doenças e agravos (INFOPEN, 2014a; CARVALHO; VASCONCELOS, 2021).

Logo, a mulher em situação de cárcere, que na maioria das vezes tem seu passado pautado em uma narrativa de vulnerabilidade, exclusão social e influência dos seus parceiros para inserção na vida do crime, torna-se ainda mais marginalizada dentro do contexto carcerário. Destaca-se que devido a configuração social moldada no patriarcado as instituições

carcerárias femininas são, em sua maioria, estruturadas sem considerar as questões relativas ao gênero, negligenciando os direitos da mulher em situação de cárcere, além de reforçar os efeitos da violência e das iniquidades em saúde (SANTOS; SILVA; MASULLO, 2020).

Partindo dessa realidade, ressalta-se a importância da atuação da extensão universitária, que se configura como um elo entre a academia e a comunidade na qual ela está inserida, permitindo assim o compartilhamento de conhecimento entre os extensionistas e a população. No contexto carcerário, especificamente, a extensão exerce um papel fundamental, pois através de suas ações contribui para a melhoria da qualidade de vida e para promoção da saúde dessas pessoas. Portanto, a extensão se qualifica como um campo de oportunidades para que os estudantes possam realizar associação teórico-prático através do contato direto com a comunidade, exercendo atividades multidisciplinares que contribuem para a construção do saber e para o amadurecimento no âmbito pessoal e profissional (SAMPAIO, 2018; SCHUH; CASSOL; LACERDA, 2018).

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem o objetivo de relatar ações desenvolvidas por extensionistas dentro de uma unidade prisional em Petrolina, PE no ano de 2021. Ressalta-se que existe uma escassez de estudos que relatem sobre ações de promoção e prevenção da saúde dentro do ambiente carcerário, além disso, poucos abordam sobre a não efetivação de políticas voltadas à população privada de liberdade. Diante disso, o estudo contribui para a discussão da realidade de saúde das mulheres em situação de cárcere e sobre a necessidade de realização de ações de saúde que supram as demandas da população carcerária feminina.

METODOLOGIA

O presente estudo possui abordagem qualitativa e caráter descritivo, do tipo relato de experiência, construído a partir da vivência de discentes e docentes no projeto de extensão intitulado “Saúde da Mulher na Prisão: uma proposta de promoção à saúde”, o qual está vinculado a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e conta com a atuação de estudantes, docentes e profissionais de diversas áreas da saúde, além de possuir caráter intersetorial, por realizar pactuações entre a unidade prisional, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência da cadeia.

O cenário das ações foi a Cadeia Pública Feminina de Petrolina (CPFP), a qual recebeu essa nomeação por se tratar de uma unidade prisional provisória. A escolha deste local para o desenvolvimento das ações de prevenção e promoção à saúde foi pela necessidade assistencial

apresentada pelas mulheres em situação de cárcere, bem como para apoiar os Serviços de Saúde Extramuros, pois de acordo com a PNAISP (2014), uma instituição carcerária com menos de 100 reeducandos não possui uma equipe multiprofissional no seu interior e deve ser assistida pela Unidade Básica de Saúde da área de abrangência (BRASIL, 2014b).

Destaca-se que os objetivos do projeto de extensão estão pautados no cuidado com a saúde da mulher e a manutenção da díade mãe-filho, sendo assim, buscou-se: proporcionar informações para a promoção da saúde; empoderar a população carcerária feminina quanto à identificação de possíveis sinais sintomas relativos aos agravos à saúde; oferecer assistência adequada e de qualidade às mulheres em processo de ressocialização; romper a cadeia de transmissão das doenças infectocontagiosas, com enfoque na Covid-19; acompanhar o crescimento e desenvolvimento de crianças que convivem com suas mães no cárcere; estimular hábitos de vida saudáveis; e melhorar a qualidade de vida, reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes das mulheres reclusas e seus/suas filhos(as).

Além disso, considerando que a extensão assume novas percepções e concepções sobre as trocas de saberes possíveis a partir da participação ativa da comunidade, o projeto objetivou: sensibilizar os discentes quanto as vulnerabilidades do contexto carcerário; a importância do cuidado da saúde desta população e o impacto na saúde da comunidade como um todo; integrar o ensino e os serviços de pactuação; contribuir para a formação docente e discente, oportunizando desenvolver conhecimento e viabilizando melhor assistência à população carcerária; desenvolver, nos discentes, a habilidade de trabalho em equipe multiprofissional; qualificar técnica e cientificamente os discentes envolvidos; fortalecer o Sistema Único de Saúde.

As atividades foram realizadas no ano de 2021 e, para tanto, a equipe do projeto destinava os sábados pela manhã para efetivação das ações, estas previamente planejadas durante a semana, conciliando com as necessidades do público-alvo e abordando o que está proposto nos protocolos do Ministério da Saúde. Sendo assim, houve a interação entre as mulheres e extensionistas das diversas áreas da saúde, estando presente discentes de enfermagem e medicina juntamente com a docente do Colegiado de Enfermagem da Univasf, possibilitando a discussão a partir da ótica multiprofissional acerca do processo saúde-doença dessas mulheres e, conseqüentemente, o desenvolvimento de estratégias que atendessem as demandas de acordo com a realidade vivenciada.

Dentro do intervalo de tempo relatado, efetivou-se práticas educativas abordando temáticas solicitadas pelas reeducandas e ações de rastreamento e controle, tais quais: teste rápido para infecções sexualmente transmissíveis (Sífilis, HIV Hepatite B e C), exame preventivo para câncer do colo de útero (Papanicolau), avaliação dermatoneurológica em busca de alterações sugestivas de hanseníase e vacinação para H1N1 e COVID-19. O planejamento de tais ações foi gerenciado pelos extensionistas, no qual organizaram as datas, solicitação de materiais necessários aos serviços de saúde e entrega de resultados após coleta. Nesse cenário, foi indispensável a comunicação com a coordenação da cadeia com aviso prévio e intenções da equipe para realização dos exames.

As estratégias utilizadas para abordagem das ações de Educação em Saúde pautaram-se em dinâmicas cujo objetivo principal foi promover interação entre as mulheres e os extensionistas e, assim, proporcionar um ambiente de aprendizado confortável e prazeroso. Nesse contexto, a abordagem inicial consistiu em uma pergunta norteadora com o objetivo de despertar lembranças acerca de vivências passadas ou situações futuras. Após o término da dinâmica de integração, foi possível estabelecer discussões dialogadas com uma linguagem acessível e estratégias lúdicas acerca dos conceitos, etiologias, sinais e sintomas, redes de apoio e tratamentos da temática de escolha.

Durante as intervenções do projeto de extensão, foi natural o surgimento de várias queixas, bem como a identificação de problemáticas. Nestes casos, foram analisadas as estratégias de resolução em conjunto com a UBS responsável pela microárea que a cadeia está inserida, tal articulação ratifica a importância da associação entre os serviços de saúde do município e o projeto de extensão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações do Projeto de Extensão “Saúde da Mulher na Prisão: uma proposta de promoção da saúde” durante o ano de 2021 podem ser categorizadas em Ações Formativas/Educativas, Saúde da Mulher, Saúde Materno-Infantil, Rastreamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis, Rastreamento de Hanseníase e Imunização.

Encontros formativos

O primeiro passo para promover as ações educativas consiste no planejamento do encontro, desta maneira, é fundamental conhecer e considerar o perfil do público alvo dessa

ação. Mediante levantamento das informações para construir este perfil, pode-se elencar as temáticas de acordo com o grau de necessidade, assim, temáticas como Covid-19 e Vacinação foram eleitas como prioritárias para o ano de 2021.

Considerando a vulnerabilidade deste público para o adoecimento por doenças infectocontagiosas, foram elaboradas atividades educativas com foco em “conhecer para se proteger”, assim, as atividades voltadas a Covid-19 foram pautadas nos protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS) acerca das formas de proteção e cuidados gerais. Nesse contexto, foram abordadas: formas de uso correto da máscara, lavagem correta das mãos, uso de álcool gel, desinfecção de ambientes, cuidados com roupas e sapatos, higienização de embalagens e alimentos, entre outros (CONSELHOS SOBRE DOENÇA CORONAVÍRUS (COVID-19) PARA O PÚBLICO, 2022; BRASIL, 2021).

Além disso, foram abordados outros temas ao longo do ano, como: Vacinação, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Corrimentos, Hanseníase, Saúde Mental com ênfase na Depressão, Tuberculose, Outubro Rosa e o Câncer de Mama, Câncer do Colo do Útero, Autoestima, Saúde Sexual e Reprodutiva, com ênfase em Planejamento Familiar.

Essas atividades e ações educativas foram desenvolvidas buscando a promoção da Saúde da Mulher e preconizou-se o uso de metodologias ativas para estimular o aprendizado através do lúdico. As atividades foram realizadas no formato de rodas de conversa e dinâmicas em grupos, com uso de linguagem acessível, recursos visuais e materiais de apoio como: cartazes, folhas de ofício, lápis para colorir e balões. Essa metodologia foi escolhida de modo a tornar o conhecimento transmitido de fácil compreensão, visto que a baixa escolaridade faz parte do perfil traçado nas instituições prisionais e configura um fator de risco para o desenvolvimento de enfermidades (ARAÚJO *et al.*, 2020).

Ainda é importante ressaltar que as atividades educativas tem potencial de promover benefícios tanto para a população em privação de liberdade como para os estudantes extensionistas. Para as mulheres no cárcere, essa pode ser uma das poucas oportunidades de consumir informações que lhes permitem identificar o adoecimento e/ou fatores de risco, além de como se proteger de diversos agravos, buscando assim, torná-las protagonistas no cuidado com a própria saúde e respeitando as particularidades do contexto em que estão inseridas, com potencial para modificar comportamentos prejudiciais, possibilitando uma melhor qualidade de vida (BORGES *et al.*, 2018).

Atendimento multidisciplinar

As consultas de enfermagem executadas pelos extensionistas englobam a coleta de dados, queixas e exame físico geral e específico para o levantamento de problemas. Durante os atendimentos busca-se respeitar a privacidade e a singularidade de cada mulher, como também manter o sigilo profissional. As demandas identificadas associadas aos serviços especializados foram encaminhadas à Unidade Básica de Saúde de referência para atendimento com profissionais da Medicina, Psicologia, Nutrição e/ou Odontologia. Pacientes com histórico de adoecimento, as quais apresentavam alguma queixa e/ou sinais e sintomas de descompensação do quadro foram encaminhadas para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Além disso, ao detectarmos a presença de um lactente em convivência com a mãe no ambiente carcerário, foi realizada a consulta de puericultura e identificada a necessidade de atualização da situação vacinal, realização de exames e acompanhamento do lactente pelo profissional pediatra. Assim, foi realizado o encaminhamento para a UBS com o objetivo de acompanhar e promover o crescimento e desenvolvimento saudáveis dessa criança, uma vez que no primeiro ano de vida a criança tem direito a consultas de puericultura na 1ª semana de vida e 1º, 2º, 4º, 6º, 9º e 12º mês de vida (BRASIL, 2020a).

Saúde da mulher

As ações de Saúde da Mulher são representadas principalmente pelas avaliações das queixas gineco-obstétricas e exames de rastreio para Câncer de Colo de Útero, Câncer de Mama e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Assim, considerando que a Unidade Prisional não dispõe de Equipe de Saúde interna, os materiais necessários para realização dessas ações foram solicitados à Unidade Básica de Saúde de referência.

No tocante ao Exame Preventivo ou Papanicolau, para que fosse possível a solicitação do quantitativo correto de material, fez-se necessário realizar o levantamento da quantidade de mulheres que atendem os critérios para realização do exame, ou seja, assim como preconiza o Ministério da Saúde, mulheres com idades entre 25 a 64 anos e que já iniciaram a vida sexual (BRASIL, 2016; INCA, 2021).

Durante o ano de 2021 foram recrutadas 34 mulheres com indicação para serem submetidas ao exame Papanicolau, sendo as coletas divididas e realizadas em 3 turnos,

considerando a importância de realizar uma anamnese detalhada, um exame de qualidade e proporcionar que a mulher possa se sentir acolhida e informada de todas as etapas do processo. Do total de lâminas examinadas, 2 indicaram a presença de Atipias Celulares, ASC-H e Neoplasia Intraepitelial Cervical Grau I. Dessa forma, foi realizado o encaminhamento das mulheres para a colposcopia conforme preconizado pelo Ministério da Saúde (DIAS *et al.*, 2021; BRASIL, 2016).

Estudo realizado no Presídio Regional de Caxias do Sul, com um grupo de 41 mulheres, aponta que 82,9% das mulheres em privação de liberdade se submetiam periodicamente ao exame Papanicolau, antes do encarceramento. Entretanto, após o encarceramento 41,5% não recordavam se realizaram o exame e apenas 39,1% relataram terem feito o exame a mais de um ou dois anos. Assim, pode-se perceber a necessidade de promover ações de rastreamento de câncer de colo de útero nessa população, considerando que esse público apresenta um conjunto significativo de fatores de risco para o desenvolvimento deste agravo, como início precoce da atividade sexual, múltiplos parceiros, histórico de IST, entre outros (GRISON *et al.*, 2021).

Ainda, considerando as queixas de amenorreia após a anamnese detalhada de cada caso, foram realizados testes Beta hCG (Urina) para investigação de gestação, dos 4 casos investigados 1 teste apresentou resultado positivo e a paciente foi encaminhada para a Unidade Básica de Saúde para realização do Beta hCG (sorologia) para confirmação. É importante pontuar a necessidade de investigação precoce das queixas de amenorreia, considerando que se deve captar uma gestante e iniciar o seu pré-natal até 12^a semana, além disso, preconiza-se que sejam realizadas pelo ao menos 6 consultas (BRASIL, 2013).

No que tange às Infecções Sexualmente Transmissíveis, buscou-se planejar e executar a ação de testagem rápida para Sífilis, HIV 1 e 2, Hepatites B e C. Essa ação foi promovida através da pactuação entre a equipe do projeto, a Coordenação da Unidade Prisional e o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), em dois períodos no ano de 2021 conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde, o qual preconiza que a população em privação de liberdade seja testada a cada 6 meses para HIV 1 e 2, Sífilis e Hepatites B e C (BRASIL, 2020b).

No primeiro semestre, 24 mulheres foram testadas, sendo 5 resultados positivos para Sífilis e 1 positivo para coinfeção de Sífilis e HIV. Já no segundo semestre do ano em questão, 39 mulheres passaram pelo mesmo processo de triagem e testagem, cujos resultados apontaram 12 soropositivas para sífilis e 1 para HIV (pessoa que já convivia com o diagnóstico). Apesar de não se conhecer o número de pessoas infectadas por IST dentro das prisões brasileiras,

estudos apontam altas taxas de prevalência, principalmente porque essa população é constituída, majoritariamente, de pessoas de baixa escolaridade e baixa renda, que apresentam comportamentos de risco como multiplicidade de parceiros associado ao uso inadequado de preservativos (ARAÚJO *et al.*, 2019; UTIDA *et al.*, 2021).

Rastreo de hanseníase

Considerando que o ambiente carcerário se configura como superlotado, insalubre e hostil, a realidade das penitenciárias brasileiras representa um meio de contaminação e propagação de doenças infectocontagiosas, como a hanseníase (SILVA; MORAIS; MOURA E SILVA, 2021). Em vista disso, anualmente, são efetuadas avaliações dermatoneurológicas em todas as mulheres reclusas da instituição, a fim de identificar casos suspeitos e reavaliar os previamente diagnosticados.

O rastreo consiste na inspeção e teste de sensibilidade na pele, bem como inspeção e palpação dos principais ramos de nervos periféricos. Além disso, são realizados testes para avaliação de força e funcionalidade de olhos, mãos e pés, visto que a Hanseníase tem alto potencial incapacitante. Para a realização do exame é de suma importância garantir conforto e privacidade para as mulheres que se submeterão a este, dessa forma buscou-se um espaço que pudesse promover essa segurança às mulheres e uma boa luminosidade a fim de garantir a qualidade da inspeção da pele (BARBOSA, 2020).

Foram avaliadas 41 mulheres, das quais 6 afirmaram ter tido convívio com pessoas diagnosticadas com Hanseníase, em algum momento na vida. Além disso, 19 mulheres apresentaram alterações significativas no exame, sendo necessário o encaminhamento de 15 dessas mulheres para uma avaliação diagnóstica mais profunda na Unidade Básica de Saúde e Serviço de Infectologia de Petrolina, de acordo com a forma clínica das alterações.

Vacinação

Para a campanha de atualização da vacina Influenza foi realizada a busca ativa das reeducandas por cela, ação na qual os extensionistas informaram as mulheres a importância da imunização e identificaram aquelas com contraindicações para a vacinação. Além disso, as que estavam aptas foram convidadas a se dirigir ao local de vacinação de maneira voluntária em grupos de até 4 pessoas.

Na sequência foi realizada a triagem das pacientes que iriam receber o imuno, sendo

preenchidos os cartões de vacina respectivos com: nome da paciente, data de nascimento, sexo, código da instituição, vacina, lote e data de administração. Ao todo, 36 mulheres foram vacinadas, sendo a vacinação realizada em ambiente seguro e climatizado, a fim de preservar a temperatura ideal de conservação do imuno (BRASIL, 2014c).

Além disso, foi realizada a atualização vacinal para a covid-19 e durante essa ação 36 mulheres receberam a segunda dose da Astrazeneca e da CoronaVac, as quais devem ser administradas 2 meses e 28 dias após a primeira dose, respectivamente (BULAS E ORIENTAÇÕES, 2022; CONSULTAS-ANVISA, 2022).

Faz-se necessário pontuar que a cobertura vacinal é um dos indicadores epidemiológicos mais importantes para garantir a proteção à saúde individual e coletiva, uma vez que para que uma doença imunoprevenível seja controlada ou até erradicada é necessário manter o percentual de pessoas vacinadas. Ainda ressalta-se que o ambiente prisional, por apresentar superpopulação e aglomeração, torna-se um ambiente propício para disseminação de doenças infectocontagiosas (PAHO, 2021; SÁ *et al.*, 2021)

Prontuário da mulher em situação de cárcere

Todas as informações obtidas foram registradas nos prontuários das mulheres, após cada ação ou consulta. Esse instrumento foi estruturado pelos extensionistas perante a necessidade de reunir categoricamente as informações de saúde dessas mulheres, bem como registrar aspectos da sua saúde durante o processo de encarceramento. Afinal, conhecer o perfil do grupo é crucial para implementar estratégias de proteção, prevenção e restabelecimento de saúde, redução de morbidades e controle de doenças, com abordagens específicas (NETO *et al.*, 2018).

Portanto, compreende-se que a configuração do sistema penitenciário pensada para o grupo masculino expõe e reforça a invisibilidade feminina neste cenário, uma vez que a dinâmica dessas instituições não dá lugar às demandas específicas do grupo. O que se apresenta então, é a saúde da mulher defasada, cujo acesso aos serviços de atenção básica, acompanhamento ginecológico e obstétrico, ações de prevenção ao câncer de colo uterino e mamas, por exemplo, além de precários, não são priorizados (SILVA; MORAIS; MOURA E SILVA, 2021).

Embora tenham sido desenvolvidas diversas atividades durante o ano de 2021, o contexto de pandemia paralisou as atividades do projeto durante o ano de 2020 e parte do ano

de 2021, uma vez que os protocolos sanitários adotados pela Universidade não permitiam a execução das atividades in loco. Dessa forma, as atividades do projeto continuaram de maneira remota com objetivo de manter o fluxo de casos urgentes para UBS, sendo retomadas gradualmente as visitas presenciais a partir de abril de 2021.

Observa-se que a pandemia da Covid-19 acarretou em grandes impactos nos programas de assistência à saúde da família e comunidade, de maneira que durante vários períodos suspendeu parte dos atendimentos eletivos, o que pode trazer diversos problemas futuros para a saúde da população. No tocante às mulheres em situação de vulnerabilidade, esse cenário potencializou as iniquidades e as muitas vulnerabilidades já existentes, bem como gerou novas problemáticas, de maneira que serão necessários esforços coletivos para proteger e garantir a saúde dessas mulheres (SILVA *et al.*, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constatou-se que a assistência à saúde na cadeia pública feminina, tem grandes empecilhos, principalmente diante de uma pandemia. Além disso, a ida dessas mulheres para os serviços de saúde demanda da disponibilidade de viaturas e escoltas de agentes penais para acompanharem nessas saídas, bem como, todo o déficit estrutural e de necessidades básicas como higiene pessoal, alimentação e medicamentos.

Nesse contexto, através do projeto de extensão, os extensionistas puderam observar e identificar as necessidades dessa população que sofre com a invisibilidade social. Desse modo, reorganizou-se a assistência à saúde direcionada às mulheres em situação de cárcere e realizou-se ações no nível da atenção básica, como por exemplo: educação em saúde, criação do prontuário da mulher em privação de liberdade, consultas de enfermagem, realização de exame citológico, vacinação (Influenza e COVID-19), busca para hanseníase, testagem rápida para HIV I e II, Sífilis, Hepatites Virais e encaminhamentos para os serviços de média e alta complexidade.

Ademais, as ações executadas pelos extensionistas com este público, impactou de forma muito positiva na assistência e no acesso aos serviços à saúde das mulheres encarceradas. Basta ver, a ampla troca de conhecimento entre a equipe do projeto e as mulheres durante as atividades educativas, bem como, os frutos das ações de enfermagem e medicina ofertadas durante a vigência do projeto. Isto posto, o projeto teve um grande papel na melhoria da garantia do direito à saúde dessas mulheres.

Portanto, o devido trabalho mostrou a grande importância da tríade ensino, pesquisa e extensão, que fora dos muros acadêmicos possibilitou uma melhora na qualidade de vida, como também, na assistência dessas mulheres encarceradas, cumprindo assim, o seu papel da academia com a comunidade. De certo, o projeto de extensão teve o êxito no seu objetivo, através dos feedbacks tanto da coordenação da cadeia, como das mulheres em situação de cárcere, e todas as outras pactuações (Unidade Básica de Saúde, Secretária Municipal de Saúde e o Serviço de Infectologia) que houveram durante a execução.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P.F. *et al.* Atrás das grades: o peso de ser mulher nas prisões brasileiras. **BMC Int Health Hum Rights**, v. 20, n. 28. 2020.
- ARAÚJO, T.M.E.; *et al.* Vulnerabilidade de pessoas privadas de liberdade ao vírus da imunodeficiência humana. **Revista Cubana de Enfermería**, v. 34, n. 4, 2019.
- BARBOSA, K.M.G.; NASCIMENTO, J.R.; JUSTINO, T.M.V.; VIEIRA, M.C.A. . Abordando a hanseníase: relato de experiência no cenário de uma cadeia pública feminina. **Extramuros - Revista de Extensão da Univasf**, v. 08, p. 004-015, 2020.
- BORGES, A.P.; *et al.* Perfil socioeconômico e sexual de mulheres privadas de liberdade/Socioeconomic and sexual profile of incarcerated women. **Rev. enferm. UFPE on line**. v. 12, n. 7, p. 1978-1985, 2018.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - junho de 2014**. 2014a. 147 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. **Caderneta da Criança: menino**. Ed. 2. Brasília: Ministério da Saúde. 2020a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. 1ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014b. 60 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 230 p
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Doenças não Transmissíveis. **Guia de vigilância epidemiológica Emergência de saúde pública de importância nacional pela Doença pelo coronavírus 2019 – covid-19 [recurso eletrônico]**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 318p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020b. 248 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014c.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 16 janeiro. 2014d.

BULAS E ORIENTAÇÕES. **Instituto Butantan**, 2022. Disponível em: <https://vacinacovid.butantan.gov.br/bulas-e-orientacoes>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CARVALHO, A.; VASCONCELOS, S. Sistema Prisional do estado de Roraima: uma perspectiva histórico-social. **Boletim do Museu Integrado de Roraima (Online)**, v. 14, n. 01, p. 81–92, 2021.

CONSELHOS SOBRE DOENÇA CORONAVÍRUS (COVID-19) PARA O PÚBLICO. **World Health Organization**, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CONSULTAS-ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Anvisa**, 2022. Disponível em: [https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=VACINA%20COVID-19%20\(RECOMBINANTE\)](https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=VACINA%20COVID-19%20(RECOMBINANTE))>. Acesso em: 11 mar. de 2022.

SANTOS, I. G.; SILVA, I. P.; MASULLO, Y. A. G. Mulheres no cárcere: Uma revisão de literatura sobre a realidade das mulheres encarceradas. **Geopauta**, v. 4, n. 3, p. 255-273, 2020.

DIAS, E. G. *et al.* Conhecimento e sentimentos de mulheres acerca do exame preventivo do câncer do colo do útero. **Saúde em Redes**. v. 7, n.3, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). **Detecção precoce do câncer**. Rio de Janeiro: INCA, 2021. 72p.

NETO, F. J.; *et al.* Health morbidity in Brazilian prisons: a time trends study from national databases. **BMJ Open**. v. 9, n. 5, 2019.

PAHO. Pan American Health Organization. World Health Organization. **Global vaccine action plan: 2020 report on progress toward immunization goals in the americas.** Washington, DC, 2021.

SÁ, A. P.; *et al.* Encarceramento das pessoas privadas de liberdade e suas relações com a vulnerabilidade das doenças infectocontagiosas. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 2, n.4, p.49, 2021.

SAMPAIO, J. F. *et al.* A Extensão Universitária e a Promoção da Saúde no Brasil: Revisão Sistemática. **Revista Portal: Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 3, p. 921–930, 2019.

SCHUH, L. X.; ROOS, A. Projeto de extensão viva melhor com saúde: relato de experiência. **Revista da Mostra de Iniciação Científica e Extensão**, v. 4, n. 1, 2018.

SILVA, L. S.; MORAIS, M. M. A.; MOURA E SILVA, A. D. Assistência de enfermagem à saúde de mulheres privadas de liberdade. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 10, p. e210882, 2021.

SILVA, M. M. J.; *et al.* Women's health: vulnerability, health policies and nursing care in the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e 117101522453, 2021.

UTIDA, E.G.; *et al.* Incidência das infecções sexualmente transmissíveis (IST's) da população privada de liberdade. **Rev. Saúde & Ciência online**. v. 10, n. 1, p. 30-41, 2021.

Artigo recebido em: 15 de abril de 2022.

Artigo aprovado em: 29 de abril de 2022.